**TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE**

**LAUDO DE COBERTURA VEGETAL – LCV**

**CAMPO BOM - RS**

ÍNDICE

PREFÁCIO: 3

1. Introdução 3

2. Área de estudo 3

3. Descrição do Método de Inventário 4

4. Inventário Fitossociológico e Ecológico 4

5. Detalhamento do Manejo Requerido 5

6. Parecer Técnico Conclusivo 6

### PREFÁCIO:

Considerando a necessidade de padronizar os métodos de análise nos procedimentos de licenciamento ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Campo Bom (SEMA), foi construído o seguinte termo de referência. São elencadas as informações e dados imprescindíveis para avaliação técnica dos pedidos de manejo de vegetação. Sugere-se que o técnico utilize este documento como base para elaboração dos Laudos de Cobertura Vegetal (LCV), contendo, no mínimo, o conteúdo subscrito. Estas exigências se baseiam na legislação municipal, estadual e federal, assim como nas resoluções CONDEMA, CONSEMA E CONAMA.

### Introdução

**1.1) Dados de identificação**

1.1.1) Empreendedor

1.1.2) Atividade/Empreendimento (incluindo matrícula do imóvel).

1.1.3) Responsável técnico

**1.2) Objetivos e justificativas da atividade/empreendimento/intervenção requerida**

Não é necessária abordagem sobre a caraterização fitogeográfica/formação vegetal do município.

### Área de estudo

2.1) Endereço, georreferenciamento, imagem de satélite da área total do lote, evidenciando as medidas das divisas e limites (polígono) em metros lineares e a área total em m2 ou hectares (ha).

2.2) Descrição e classificação dos ecossistemas da área do empreendimento, incluindo:

2.1.1) Caracterizar a geografia local (encosta de morro, interior de vale, planície de inundação, etc).

2.1.2) Caracterização da área de estudo e do ambiente de entorno (antropização, usos do solo, áreas de relevância ecológica, corredores ecológicos e áreas de preservação permanente (APPs)).

2.1.3) Informar se o empreendimento está localizado no interior de Unidade de Conservação ou num raio de 3 km unidade de conservação ou área de interesse ambiental legalmente protegida.

### 3. Descrição do Método de Inventário

3.1) Deve descrever os métodos de inventário realizados (ponto quadrante/parcelas/amostragem total da área), esforço amostral em horas e diárias, data e condições climáticas do campo, equipe técnica, equipamentos empregados, método de análise de dados (parâmetros fitossociológicos acompanhados de referências) e de delimitação da amostragem (curva espécie/área). Em casos de terrenos urbanos ou áreas com glebas de vegetação onde as metodologias de amostragem não sejam efetivas é solicitado inventário de todos os exemplares arbóreos com DAP > 10 cm. Em todos os inventários devem ser consideradas plantas nativas e exóticas, herbáceas até arbóreas.

### 4. Inventário Fitossociológico e Ecológico

O conteúdo do diagnóstico deve contemplar:

4.1) Descrição e classificação dos ecossistemas da área do empreendimento, incluindo:

4.1.1) A caracterização fisionômica da vegetação (inclusive vegetação campestre, subosque, banhados, etc.).

4.1.2) Estágio sucessional da formação florestal (Resolução CONAMA n° 33/1994), descrevendo:

4.1.2.1) Cobertura de solo, presença e espessura de serapilheira.

4.1.2.2) Comunidades herbáceas, arbustivas, de sub-bosque, de lianas e trepadeiras, de epífitos e dos estratos predominantes.

4.1.2.3) Subosque.

4.2) Inventário botânico com levantamento qualitativo e quantitativo da vegetação (incluindo vegetação campestre, subosque, banhados, etc.), indicação da abundância, famílias botânicas, nomenclatura científica e popular, estágio sucessional e grau de ameaça das espécies.

4.3) Aferimento de dados dendrométricos, altura e diâmetro de copa.

4.4) Apresentação dos dados fitossociológicos, incluindo:

4.4.1) Dominância.

4.4.2) Índice de valor de importância e cobertura.

4.4.3) Densidade das espécies, cubagem de madeira da gleba e da vegetação a ser extraída, em metros cúbicos e em estéreo (devem ser anexadas as tabelas e memorial de cálculo).

4.5) Determinação da suficiência amostral, baseada em curva espécie/área, ou amostragem completa da vegetação em toda área do lote.

4.6) Identificação e georreferenciamento das espécies raras, endêmicas, ameaçadas de extinção e imunes ao corte.

4.7) Considerações sobre a presença de nidificações e enxames de meliponídeos.

4.8) Considerações sobre epífitos protegidos ou ameaçados nas plantas a serem suprimidas, assim como sobre o manejo proposto para mitigação do impacto gerado.

4.9) Considerações sobre a formação de corredores ecológicos, interação entre a área de estudo e as áreas de entorno.

4.10) Observações sobre registros de rastros e ocorrência da fauna e avaliação da capacidade de suporte da gleba para alimentação e abrigo da fauna.

4.11) Declaração sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) na área de estudo e na distância de 100 metros de todo o limite da área.

4.12) Determinação do enquadramento da gleba, quanto a localizar-se ou não no bioma Mata Atlântica (Lei Federal n° 11.428/2006).

4.13) Relatório fotográfico contemplando todas as formações vegetais presentes na área de estudo, assim como o interior de mata, subosque, epífitos, cobertura de solo, visão geral da área de estudo e evidenciando a metodologia de inventário.

4.14) Croqui ou Mapa de Caracterização Ambiental, em escala, contemplando a área total do empreendimento, com representação das APPs, dos recursos hídricos, das espécies ameaçadas ou imunes ao corte, das glebas de vegetação conforme características e estágio sucessional e da área a ser suprimida, com indicação dos vértices, das coordenadas geográficas e quadro de áreas.

### 5. Detalhamento do Manejo Requerido

Havendo necessidade de manejo, supressão ou transplante da vegetação:

5.1) Em caso de necessidade de supressão, detalhar o manejo requerido, indicando a gleba de vegetação a ser suprimida com seus respectivos dados de densidade e de volume. Deve especificar a quantidade de produtos e subprodutos florestais a serem obtidos com a supressão, assim como a destinação a ser dada para tais produtos.

5.2) Em caso de necessidade de supressão, apresentar Projeto de Supressão e de Reposição Florestal Obrigatória, conforme Termo de Referência.

5.3) As glebas a serem suprimidas deverão ser demarcadas com fita zebrada.

5.4) Considerações sobre o estado fitossanitário das plantas a serem suprimidas.

5.5) Em caso de necessidade de transplante, apresentar Projeto de Transplante Vegetal, conforme Termo de Referência.

5.6) Os indivíduos imunes ao corte ou alvo de transplante, devem ser demarcados com fita zebrada, identificados com etiquetas, contendo nomes científicos e popular e referência à numeração do indivíduo na lista de vegetação apresentada.

5.7) Em caso de necessidade de manejo de espécie ameaçada, apresentar **Projeto de Manejo de Espécie Ameaçada**, conforme Termo de Referência.

5.8) Em caso de necessidade de supressão de vegetação com presença de epífitos, apresentar **Projeto de Resgate e Realocação de Epífitos**, conforme Termo de Referência.

### 6. Parecer Técnico Conclusivo

6.1) Apresentar uma avaliação clara sobre a viabilidade legal do manejo requerido, abordando os impactos da supressão sobre os ecossistemas locais e as possibilidades de mitigação dos danos. A justificativa deve se basear nos dados fitossociológicos inventariados e na caracterização do estágio sucessional da vegetação, frente a legislação e literatura, para se mostrar viável. Esta abordagem deve indicar efeitos como o isolamento geográfico de populações, interrupção de corredores ecológicos, diminuição da área permeável e influência do manejo no ambiente de entorno.

Devem ser apresentados como anexos:

**ANEXOS**

* ANEXO I – Listas de espécies e tabelas de fitossociologia.
* ANEXO II – Croqui/mapa da área de estudo.
* ANEXO III - Relatório fotográfico.
* ANEXO IV - Cronograma de ações.
* ANEXO V – ART

**ATENÇÃO: Caso sejam constatadas irregularidades que sejam consideradas fraude intencional, o processo poderá ser denunciado aos órgãos fiscalizadores/investigatórios e aos respectivos conselhos de classe. Estes casos podem incluir omissão ou irregularidade na demarcação das APPs e espécies protegidas e na elaboração de croquis e listas de vegetação, que tragam informações discrepantes da realidade constatada em campo pelos técnicos da SEMA.**

EQUIPE TÉCNICA

Nome do Profissional

Formação – Registro no Conselho de Classe

Contato